

DA GRAMÁTICA NORMATIVA À SOCIOLINGÜÍSTICA

SANTOS, Fátima Chirlene Horas dos
chirlene10@yahoo.com.br

DIVINO, Chrystophe Ferreira
chrystophedivino@yahoo.com.br

DIVINO, Teodósio Custódio
teodivinobatera@yahoo.com.br

Profa. Msc. Christianne Gally (orientadora)
Licenciada em Letras (UFS/1987), mestre em História da Educação (UFS/2004) e
professora Adjunta III do curso de Letras da Universidade Tiradentes.
Christianne.gally@gmail.com.br

Resumo:

O presente artigo tem como principal objetivo contribuir para a discussão sobre as abordagens tradicional e lingüística no ensino da língua portuguesa, apresentando a perspectiva da gramática tradicional e da lingüística. Procuramos contribuir para a renovação do estudo da gramática normativa nas escolas, tentando evitar os maiores problemas que vêm sendo apontados em nossa tradição gramatical: falta de coerência interna, inadequação à realidade e o preconceito lingüístico. Muito além de buscar respostas definitivas, pretendemos levar a reflexão de língua portuguesa e defender a idéia de que é necessário assumir a desestabilização do objeto de ensino e buscar maneiras contextualmente sensíveis de renovar a prática pedagógica.

Palavras chave: Ensino de língua portuguesa, gramática tradicional, preconceito lingüístico.

DA GRAMÁTICA NORMATIVA À SOCIOLINGÜÍSTICA

Por pretendermos trabalhar na área do ensino da língua portuguesa, percebemos que existem alguns aspectos importantes a serem considerados na formação do professor de português. Tais aspectos estão ligados a uma visão normativa da língua e do seu ensino, não considerando as contribuições que os estudos lingüísticos têm trazido para o repensar das práticas tradicionais e sugerir novas formas de abordagens desse ensino.

Como aponta Magda Soares (1983):

“De um lado há os que pretendem respeitar e preservar a variedade lingüística das classes populares e sua peculiar relação com a linguagem, consideradas tão válidas e eficientes para a comunicação, quanto a variedade¹ lingüística socialmente privilegiada. Por outro lado há os que afirmam a necessidade de que as classes populares aprendam a usar a variante² lingüística socialmente privilegiada, próprias das classes dominantes, porque a posse dessa variante é instrumento fundamental e indispensável na luta pela superação das desigualdades sociais”.

Cada vez mais o brasileiro preocupa-se com a forma correta e culta da língua a fim de melhorar sua comunicação e, conseqüentemente, seu nível social. Afinal, qual é o destino de um profissional que encontra dificuldades em transcrever um relatório ou fazer uma solicitação ao seu chefe repleta de erros de português?

Qual o destino de alguém que não domina o português padrão, tendo em vista que esse é exigido cada vez mais na busca por um emprego, em concursos ou teste de admissão, refletindo desta forma um novo contexto histórico em que vivemos de

¹ É um termo que corresponde, grosso modo, ao termo dialecto. Na comunidade lingüística do Brasil a variedade *standard* está associada às variedades de várias capitais estaduais. Cada variedade lingüística tem uma gramática própria igualmente válida. Dentro de cada variedade lingüística a variação interna em função dos vários critérios: idade, sexo, escolaridade, etc.

² É utilizado nos estudos de sociolingüística para designar o item lingüístico que é alvo de mudança. Assim no caso de uma variação fonética, a variante é o alofone. Representa, portanto, as formas possíveis de realização.

mudança no mundo do trabalho e exigências cada vez maiores de qualificação profissional?

Vale lembrar ainda a questão da cidadania. O domínio das regras da língua escrita e do bem falar é um dos meios de as pessoas alcançarem a condição de cidadãos. Somente a partir do acesso a essa modalidade da língua é que temos acesso às leis, os aspectos sociais privilegiados à defesa de nossos interesses. O resultado desse modo de pensar é visível, por exemplo, na Gramática de Cipro e Infante:

A Gramática Normativa estabelece a norma culta, ou seja, o padrão lingüístico que socialmente é considerado modelar [...]. As línguas que têm forma escrita, como é o caso português, necessitam da Gramática Normativa para se garanta existência de um padrão lingüístico uniforme [...]. (CIPRO NETO & INFANTE, 1997, p. 16).

A Gramática Normativa tem ainda, segundo os gramáticos, grande importância na redação de um texto claro, coerente, preciso e eficaz. Sendo de fundamental importância para um bom entendimento entre as pessoas, sem ela não há elaboração clara de idéias. Assim, sem dominar a forma padrão é impossível ter sucesso na comunicação.

Então, é nesse momento que se torna fundamental a conscientização dos profissionais de letras. Temos como função garantir a formação do bom falante e do escritor.

Por outro lado, a seguirmos a linha dos pensamentos lingüísticos, percebemos que o grande desafio do ensino da língua materna hoje, no Brasil, é possibilitar a formação do cidadão letrado – aquele que sabe uso social da escrita, da leitura e da oralidade, em contextos diversificados, de acordo com suas necessidades. Sabendo fazer uso da linguagem, o indivíduo letrado pode pensar e agir com autonomia, não apenas decodificando palavras.

O documento do Ministério da Educação chamado Parâmetros Curriculares Nacionais, por exemplo, é bem explícito em seu volume dedicado ao ensino da língua portuguesa:

A imagem de uma língua única, mais próxima da modalidade escrita da linguagem, subjacente às prescrições normativas da gramática escolar, dos manuais e mesmo dos programas de difusão da mídia sobre ‘o que se deve e o que não se deve falar e escrever’, não se sustenta na análise empírica dos estudos da língua.

E este mesmo documento é enfático ao afirmar que:

Há muitos preconceitos decorrentes do valor social relativo que é atribuído aos diferentes modos de fala: é muito comum se considerarem as variedades linguísticas de menor prestígio como inferiores ou erradas. O problema do preconceito disseminado na sociedade em relação às falas dialetais deve ser enfrentado, na escola, como parte do objetivo educacional mais amplo de respeito à diferença. Para isso, e também para ensinar Língua Portuguesa, a escola precisa livrar-se de alguns mitos: o de que existe uma única forma ‘certa’ de falar – a que se parece com a escrita – e o de que a escrita é o espelho da fala – e, sendo assim, seria preciso ‘consertar’ a fala do aluno para evitar que ele escreva errado. Essas duas crenças produziram uma prática de mutilação cultural que, além de desvalorizar a forma de falar do aluno, tratando sua comunidade como se fosse formada por incapazes, denota desconhecimento de que a escrita de uma língua não corresponde inteiramente a nenhum de seus dialetos, por mais prestígio que um deles tenha em um dado momento histórico.

Se o letramento é o objetivo do ensino, não podemos nos preocupar com a correção linguística, pois um aluno crítico não apenas corrige a língua, mas também a manipula segundo seus interesses e a transforma.

Numa mesma língua, um mesmo vocábulo pode ser pronunciado de formas diferentes, seja conforme o lugar – variação diatópica – seja conforme a situação (mais formal ou mais informal) em que está se falando – variação diafásica, ou ainda de acordo com o nível sócio-econômico do falante – variação diastrática.

Ao mesmo tempo em que a comunicação entre membros de uma mesma comunidade leva à manutenção de suas características, a falta de contato linguístico entre comunidades favorece o desenvolvimento de diferenças linguísticas. Tentemos falar como aquelas pessoas com quem mais falamos.

Não temos atitude apenas diante da língua falada em lugares diferentes, também nos posicionamos diante de modos de falar correlacionados a fatores sociais, tais como escolaridade e nível econômico.

A partir das contribuições da Lingüística e da Lingüística Aplicada, dos estudos sócio-pragmáticos e discursivos, isto é, aqueles que levam em conta a situação de enunciação e sua implicação e tratam o texto como objetivo central de análise, muita coisa mudou também na educação, principalmente nas metodologias do ensino da língua. Houve uma valorização da língua em contextos de uso reais, explorando-se o desenvolvimento da análise lingüística e da produção e interpretação de texto presentes na vida de qualquer cidadão. O ensino tem sido, portanto, planejado a partir do objetivo de desenvolver no aluno uma competência comunicativa que passa tanto pela competência gramatical ou lingüística, quanto pela textual.

[...] como responder a pergunta (invariavelmente presente na fala dos professores de língua): qual o objetivo do ensino nas aulas de português? O que devemos ensinar a nossos alunos em sala de aula? Uma resposta concisa e rápida seria a norma-padrão. Já que só se pode ensinar algo que o aprendiz ainda não conhece, cabe a escola ensinar a norma-padrão que não é língua materna de ninguém, que nem se quer é língua, nem dialeto, nem variedade, como enfatizamos acima. Ensinar o padrão se justificaria pelo fato dele ter valores que não podem ser negados – em sua estreita associação com a escrita ele é o repesório dos conhecimentos, assim armazenados, constituíram a cultura mais valorizada e prestigiada, de que todos os falantes devem se apoderar para se entregar de pleno direito na produção/condução/transformação da sociedade de que fazem parte. (BAGNO, 2004).

O objetivo da escola é ensinar o português padrão, ou, talvez mais exatamente, o de criar condições para que ele seja aprendido. Qualquer outra hipótese é um equivoco, político e pedagógico.

A tese de que não se deve ensinar ou exigir o domínio do dialeto padrão dos alunos que conhece e usam dialetos não padrões baseia-se no preconceito segundo o qual seria difícil aprender o padrão. Isso é falso, tanto do ponto de vista da capacidade dos falantes quanto do grau de complexidade de um dialeto padrão. As razões pelas

quais não se aprende, ou se aprende e não se usa um dialeto padrão, são de outra ordem, e tem a ver em grande parte com os valores sociais dominantes e um pouco com estratégias escolares discutíveis.

Três razões: o padrão tem muitos valores e não pode ser negado; não é verdade que ele desculturaliza, que veicula necessariamente uma só ideologia. Não é verdade que é muito difícil – o não-padrão os alunos já sabem. Falar em não ensinar o padrão equivali tirar o português da escola.

Seguindo esse raciocínio, as capacidades técnicas deverão ser desenvolvidas de forma empírica, através da leitura variada – jornais, revistas, literatura, cinema, música – e de produção constante, várias vezes por dia, narrativas, cartas, entrevistas, em contextos formais, debates, etc. E claro que incluindo nesse trabalho, estaria o aprendizado da norma culta e dos recursos expressivos de outras variedades e campos semióticos. Ao apropriarem atividades que desenvolvam as competências dos alunos em leitura e produção textual, os professores estarão contribuindo o grau de letramento desses alunos.

Apesar de concordamos que o conhecimento proveniente da gramática normativa, não pode ser desconsiderado por um estudioso da língua, entendemos que sua perspectiva não é mais suficiente para subsidiar um ensino que se quer pautado em uma visão social da linguagem. Se consultarmos algumas das gramáticas normativas atuais e materiais didáticos, veremos que, apesar de considerarem a dinamicidade da língua, essa dinamicidade não aparece no momento de estudá-la. Na maioria dos casos, é a prescrição que está presente, não se dando possibilidade de análises complementares em termo de sintaxe e semântica, tampouco de pragmática e discurso. Dentro da perspectiva prescritiva, o ensino da norma culta não vai muito além da dicotomia certo-errado.

Uma visão social da linguagem vai considerar a norma culta como as variantes usadas pelos falantes cultos, os falantes pertencentes à classe social e economicamente prestigiada, residentes em zonas urbanas e com escolaridade superior completa. Neste sentido, a norma culta está presente nos usos lingüístico desses falantes em situações reais, orais e escritas (no Jornal Nacional, no Cinforme ou na Folha de São Paulo, na sala de aula da universidade, nas novelas e também na literatura). Considerando a dinamicidade da língua não podemos falar em norma culta no singular: a norma culta é, então, plural: existem variedades cultas, que diferem de uma região para outra e que mudam com o tempo. A análise lingüística pautada nesta visão considerará os efeitos de enunciados lingüísticos na prática do falante.

O ensino da Língua Portuguesa, assim como vem ocorrendo em todas as áreas onde se encontra a ciência, dispõem de diversas teorias/idéias sobre o mesmo objeto. Esse é o reflexo de vivermos em um mundo que é redescoberto constantemente pelas ciências e transformados pela informática, criando um novo mundo em que o conhecimento não mais visto como algo-em-si, isolado, mas em suas complexas relações com o contexto a que pertence.

Considerações finais

As transformações acima mencionadas dependem de nossa crescente conscientização em relação a elas e ao novo lugar que cabe a cada um de nós nesse universo. A apreensão dos profissionais da língua a este respeito é compreensível, uma vez que nossa tendência natural é optarmos pelo mundo das certezas, das leis e imutáveis. No entanto, o próximo passo para mergulharmos nessa nova realidade é auto-conscientização de que somos forças atuantes no contexto em que vivemos e que

precisamos escolher entre: seguir o rumo natural da sociedade ou ficarmos à margem dela.

Nesse sentido, trabalharmos apenas com a norma culta ideal, dificilmente o aluno irá incorporá-la nas práticas sociais reais, especialmente os alunos que não pertencem à classe social de prestígio. A proposta é conhecer a norma real através do estudo de gêneros textuais que circulam em todas as esferas da sociedade. Isso não significa que não haveria estudo de gramática, afinal, não existe língua sem gramática que é o foco da análise lingüística. É proposta também trabalhar com os conceitos gramaticais, no entanto demonstrando a própria dinamicidade desse tipo de conhecimento metalingüístico, pois os conceitos também mudam.

Acreditar que a língua portuguesa está restrita apenas ao que se encontra nas gramáticas, nos dicionários e nos livros didáticos é, no mínimo, ignorar a realidade de hoje. Toda língua evolui naturalmente e segue seu caminho, acompanhando as transformações e mudanças que ocorrem com as manifestações da cultura dos povos. Valorizar-se a língua materna de um indivíduo, a que ele trás internalizada desde seu nascimento, é de suma importância, mas devemos atentar-se sempre para a necessidade do ensino do português padrão, como instrumento imprescindível à formação do bom falante e do bom escritor. Ao destacarmos a gramática normativa como essencial à aprendizagem da língua portuguesa, buscamos conscientizarmos, de maneira clara e objetiva, os profissionais da área de Letras quanto à formação de cidadãos com plena capacidade de uso da norma culta, tendo preparo adequado à busca de seus objetivos profissionais, econômicos e sócios culturais.

Referências bibliográficas

BRASIL, Secretaria de Educação Média. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Médio**. Brasília: MEC/SEF, 1999.

SOARES, M. **Linguagem e Escola – uma perspectiva social**. São Paulo: Ática, 1966.

CIPRO, Neto, P & INFANTE, U. **Gramática da Língua Portuguesa**. São Paulo: Scipione, 1997.

FIORIM, José Luiz (Org.). **Introdução à Lingüística**. São Paulo: Contexto, 2005.

BAGNO, Marcos. **A Língua De Eulália: novela sociolingüística**. São Paulo: Contexto, 1997.

BAGNO, Marcos. **Pesquisa Na Escola: o que é, como se faz**. São Paulo: Loyola, 1998.

BAGNO, Marcos. **Preconceito Lingüístico: o que é, como se faz**. São Paulo: Loyola, 1999.

BAGNO, Marcos, STUBBS, Michael. GAGNÉ, Gilles. **Língua Materna: letramento, variação e ensino**. São Paulo: Parábola, 2002.

BAGNO, Marcos. **Português ou Brasileiro?Um convite à pesquisa.** São Paulo:
Parábola, 2004

GERALDI, João Wanderley (Org.). **O Texto Na Sala de Aula.** São Paulo: Ática, 2001.